

Ana Maria Isar dos Santos Gomes

# **DIREITO URBANÍSTICO:**

uma análise crítica da produção doutrinária nacional

Editora PUC Minas  
Belo Horizonte  
2024

# Sumário

<b>PREFÁCIO</b> . . . . .	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> . . . . .	<b>19</b>
<b>1 - DIREITO, IDEOLOGIA E CONFLITO: O DIREITO COMO NORMA E PRÁTICA SOCIAL</b> . . . . .	<b>29</b>
1.1 A perspectiva jurídico-sociológica: o Direito como prática social . . . . .	32
1.2 Direito e modo de produção . . . . .	36
1.3 Direito e ideologia . . . . .	44
1.4 O Direito como instrumento de transformação . . . . .	49
<b>2 - DIREITO URBANÍSTICO: O DIREITO À CIDADE NA IMAGINAÇÃO ACADÊMICA</b> . . . . .	<b>57</b>
2.1 Autonomia científica do Direito Urbanístico . . . . .	58
2.2 Definição e objeto de estudo do Direito Urbanístico . . . . .	60
2.3 O despertar do urbanismo . . . . .	65
2.4 A Carta de Atenas: o direito à cidade sob os postulados modernistas . . . . .	75
2.5 Jane Jacobs e a crítica ao planejamento urbano . . . . .	79
2.6 Henri Lefebvre: direito à cidade como participação política . . . . .	85
2.7 Manuel Castells e os movimentos sociais . . . . .	91
2.8 David Harvey: direito à cidade e justiça social . . . . .	95
2.9 O conteúdo jurídico do direito à cidade . . . . .	99
<b>3 - O DISCURSO INSTITUCIONAL SOBRE O DIREITO À CIDADE: AFIRMAÇÕES E CONTESTAÇÕES</b> . . . . .	<b>111</b>
3.1 O discurso global sobre o direito à cidade . . . . .	112
3.1.1 A visão institucional da ONU . . . . .	113

3.1.2 O outro lado da moeda: o discurso dos movimentos sociais globais . . . . .	128
3.1.3 Entre a ONU e os movimentos sociais: a Plataforma Global do Direito à Cidade. . . . .	135
<b>3.2 Direito à cidade no Brasil . . . . .</b>	<b>142</b>
3.2.1 A apropriação do direito à cidade pelos movimentos sociais urbanos . .	142
3.2.2 O direito à cidade no processo constituinte e legislativo nacional. . .	145
3.2.3 A disputa pós-Estatuto da Cidade e o agravamento da crise urbana . .	161
<b>4 - NEOLIBERALISMO E PLURALISMO CONSTITUCIONAL . . . . .</b>	<b>177</b>
4.1 Desenvolvimento sob a visão neoliberal: neoliberalismo de regulamentação e de regulação. . . . .	177
4.2 O neoliberalismo de austeridade como modelo ideológico de afirmação do capitalismo na contemporaneidade . . . . .	187
4.3 O pluralismo constitucional. . . . .	196
4.3.1 Um novo conceito de desenvolvimento . . . . .	197
4.3.1.1 Alterando a relação de forças: a perspectiva local-global . . . . .	206
4.3.1.2 A diversidade cultural e o paradigma da participação . . . . .	210
4.3.1.3 A diversidade cultural e o pluralismo produtivo . . . . .	214
4.3.1.4 A questão ambiental sob um novo modelo de desenvolvimento . . .	218
4.4 O conflito ideológico: entre a Constituição e a práxis jurídica . . . . .	226
<b>5 - O DIREITO URBANÍSTICO PRESO À IDEOLOGIA NEOLIBERAL . . . . .</b>	<b>241</b>
5.1 Produção doutrinária e campo científico . . . . .	242
5.2 O Direito Urbanístico brasileiro . . . . .	246
5.3 Primeira fase do Direito Urbanístico: 1957-1973 . . . . .	249
5.3.1 Os administrativistas. . . . .	258
5.4 Segunda Fase do Direito Urbanístico: 1973-1988 . . . . .	263
5.4.1 Os administrativistas na segunda fase . . . . .	266
5.4.2 Os juristas “solo” e o Direito Urbanístico sob a visão sociojurídica . .	273
5.5 Terceira fase do Direito Urbanístico: 1988-2019 . . . . .	287
5.5.1 A corrente administrativista . . . . .	295
5.5.1.1 A dicotomia público-privada e o Estado “fiscalizador” . . . . .	296

5.5.1.2 A função social da propriedade: um conceito vago . . . . .	300
5.5.1.3 O primado da eficiência e o discurso das “falhas de mercado” . . . .	311
5.5.2 Os juristas críticos . . . . .	316
5.5.3 Um Direito Urbanístico conectado com as cidades brasileiras . . . . .	320
<b>CONCLUSÃO . . . . .</b>	<b>326</b>
<b>REFERÊNCIAS . . . . .</b>	<b>331</b>
<b>SOBRE A AUTORA. . . . .</b>	<b>361</b>
Ana Maria Isar dos Santos Gomes . . . . .	361